



CONEDU

Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

EDUCAÇÃO PARA O “SABER FAZER”: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA QUE PROJETO DE SOCIEDADE?

Flavia de Figueiredo de Lamare
Fiocruz/UERJ
flaviadelamare@fiocruz.br

Introdução

Situamos a discussão da formação de professores no âmbito das políticas educacionais instituídas nos dois mandatos do governo Lula (2003-2010), mas que também se circunscrevem no contexto das reformas educacionais iniciadas nos anos 1990, cujo eixo tem sido um novo tipo de formação estruturada na relação capital-trabalho e numa epistemologia pragmatista que nega a ontologia.

Temos como principal hipótese que, em especial, no governo Lula (2003-2010) construiu-se um novo quadro teórico-epistemológico para a formação de professores, substituindo-se esse termo por *profissionalização docente*, a partir do referencial da pedagogia das competências, com base na epistemologia pragmatista. O foco, então, da formação, inicial e continuada, passa a ser a superação de uma concepção tradicional de educação, a partir da noção de educação como projeto de responsabilidade individual.

Nesse contexto, colocamos em análise a forma pela qual as políticas têm sido moldadas de modo a se ter como elemento fundamental a concepção de que não existe um conhecimento objetivo, pois a verdade não existiria. Sendo assim, o indivíduo só seria capaz de representar a realidade a partir de sua observação da prática. O conhecimento, portanto, é individual e válido se útil ao contexto em que o sujeito está inserido.

No que se refere à formação de professores, já nos anos 1990, quando se começa a pensar em políticas para essa formação, a orientação é que seja centrada na prática com eixo nas competências, nas habilidades e no “saber fazer”, o que contribui para uma elaboração ideológica que explica as questões sociais do ponto de vista do sujeito individual.

Metodologia



O referencial analítico deste estudo tem como base o materialismo histórico-dialético como método, opondo-se, portanto, à aparência dos fenômenos, posto que eles não se apresentam como realmente são.

Propomos um estudo que parte da filosofia da práxis para responder aos problemas atuais. Essa construção deve ter sempre dois aspectos que se desenvolvam ao mesmo tempo: primeiro a crítica ao senso comum e segundo a construção filosófica de “um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente” (GRAMSCI, 2004, p. 100).

Temos como metodologia de investigação a análise documental. Esta opção sobreveio em meio à compreensão de que documento é história (EVANGELISTA, 2008) e do entendimento de que é preciso perceber o contexto mais amplo das políticas e suas contradições dentro do novo projeto de sociabilidade que se apresenta sob o capitalismo, em que a formação de professores tem um papel estratégico.

A história, então, é a estrutura do próprio método de análise aqui proposto (CIAVATTA, 2001), o que também significa dizer que para se compreender a materialidade histórica e dialética é necessário entender o conhecimento científico como processo e, portanto, como uma questão política.

Nesses termos, é preciso trabalhar a análise a partir da teoria ampliada de Estado, pois com ela temos elementos para compreender conceitos como: sociedade civil, hegemonia, aparelhos de hegemonia, contra-hegemonia, correlação de forças, entre outros. A contribuição de Gramsci (1980, p. 43) torna-se mais essencial quando define o conceito de política e, também, de realidade factual, compreendida como “uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio”. Essa relação é central na formação de uma “vontade coletiva”, que está articulada ao que Gramsci chama de “vontade intelectual e moral”, em que adquire grande importância a disputa por hegemonia. Nesse sentido, a reflexão acerca das políticas públicas e de seus processos constitutivos adquire maior relevância e conteúdos mais amplos.

Resultados



Temos vivido no capitalismo atual a agregação entre a ideia de desenvolvimento e superação dos problemas sociais. Associado a isso se perpetua no senso comum a concepção de que o Estado é burocrático e ineficiente e que, portanto, seria necessário encontrar uma alternativa a ele e ao lucro do setor privado. A alternativa seria a sociedade civil, que nesta visão, não se situa nem no Estado, nem no mercado, mas em um espaço em que se enlaçam os objetivos públicos e privados.

Essa compreensão da sociedade civil fora/ dissociada do Estado é um dos elementos centrais que reforça a fragmentação política e a reprodução do conformismo. Para Gramsci (1989) sociedade civil não é uma alternativa ao Estado, pois ela faz parte dele, afinal, é um lugar de disputas. À medida que se compreende sociedade civil como “sujeito”, como “protagonista” há uma despolitização e enfraquecimento dos embates em seu interior e “exerce uma ‘função educadora’ junto às massas ao disseminar a ideia de se criar um clima ameno, sem confrontos, solidário e coeso para ‘combater’ as mazelas sociais” (MOTTA, 2007, p. 117).

Nessa concepção não há conflitos de classe, aliás, parte-se do pressuposto que elas não existem, afinal, por se viver em uma democracia todos devem ser tratados como iguais diante das suas diferenças. Para tanto, todos devem se associar e garantir o mínimo de condições para que a população atinja as metas estabelecidas nacional e internacionalmente para o país.

A educação seria, portanto, um meio eficaz para capacitar os indivíduos e esta deve ocorrer em uma parceria do Estado com organizações da sociedade civil. A ideia central é a superação da pobreza, ou da miséria, através da colaboração e da cooperação dos cidadãos, com a disseminação de valores como solidariedade e prosperidade.

Deste modo, a função da educação deve ser aumentar a produtividade das camadas mais pobres da população através da ampliação do acesso aos bens sociais, gerando “capital social”. Valoriza-se, nesse contexto, o individualismo (anuncia-se que o único limite do indivíduo deve ser a sua própria capacidade de vencer), a diferença (associada à possibilidade de



competitividade), a dispersão/ descontinuidade (relacionada à efemeridade dos processos vividos na sociedade), o fragmento.

A configuração das políticas de formação, respondendo às demandas e metas nacionais e internacionais, que geraram a ampliação da oferta do ensino, ocorreram de modo fragmentado. Ao mesmo tempo em que essas políticas criaram um arcabouço legal para a formação dos professores, aprofundaram-se os processos de controle e regulação do trabalho docente, tentando pautá-lo a partir do resultado dos alunos em exames nacionais e em avaliações meritocráticas.

Como fundamento epistemológico aprofundou-se a abordagem pragmática (RAMOS, 2002) o que se evidencia, especificamente no que se refere a formação de professores. Nessa perspectiva, a prática é que garante que saberes e competências são úteis e necessárias aos indivíduos. Além disso, a prática reflexiva é também individual e não construída pelos sujeitos coletivamente, à medida que é a partir da ação de cada um que se pode produzir, individualmente, uma reflexão ou um conhecimento. Limita-se a particularidade ao fragmento, a particularidade às circunstâncias, a particularidade às competências úteis para o enfrentamento dos problemas locais. Como cada um tem o seu saber, a sua reflexão e a sua prática, não há a necessidade de um local específico para a apreensão do conhecimento, com isso, tem-se uma conseqüente desvalorização do conhecimento científico em benefício à vida cotidiana. (EVANGELISTA, 2013)

Assim, os conhecimentos que não podem ser evidenciados ou praticados não são relevantes e cada indivíduo é responsabilizado por demonstrar “suas” competências, pressupondo-se que as nações e os indivíduos estarão habilitados a se integrarem às economias globalizadas e aos mercados competitivos. (FRIGOTTO, 2000)

Resultados parciais

Como considerações finais parciais, entendemos que no contexto da ideologia neoliberal distingue-se a vida individual da vida genérica dos sujeitos o que, como afirma Marx, não é possível fazer. Isso é feito, por exemplo, ao se



valorizar a diversidade (de gênero, etnia, religiões, etc.) como se fosse algo do indivíduo, ou seja, descontextualizado, fora de concepções e projetos de sociedade, sem a existência de classes sociais.

Nesta concepção, os problemas existentes na sociedade podem ser amenizados através de uma “ação conjugada” entre o Estado e a sociedade civil organizada. Essa lógica fica muito evidente no governo Lula, um governo que passa a usar o Estado de modo mais orgânico, aparentemente menos fragmentado. O Estado passa a ser “necessário”, enquanto a ênfase na educação passa a ser a busca pela cidadania através do trabalho solidário, comunitário, voluntário.

Nesse sentido, deve-se ter clareza que as políticas que são centradas na equidade e não na universalidade têm como fundamento a perpetuação de uma sociedade classista e que, por essência, é desigual, segregadora. Através do empoderamento de pequenos grupos fomentam-se princípios educativos voltados para uma formação de homem (voluntário, solidários, conformado) em uma sociedade que aparentemente é colaborativa e não conflitiva.

Referências

- CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- EVANGELISTA, Olinda. *Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional*. 2008.
- _____. *O que revelam os slogans na política educacional*. 2013. (No prelo)
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MOTTA, Vânia Cardoso da. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social).
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
-